

Empresários destacam méritos do plano econômico de Funaro

SÃO PAULO — Além de indicar os caminhos que o Governo pretende seguir no mercado interno, acabando com a indefinição que deixava o empresariado em clima de expectativa, o plano econômico do Ministro Dilson Funaro tem outro grande mérito: o de servir como programa básico para as negociações com os credores externos, terminando, assim, com o impasse em torno de uma solução para o problema da dívida. Foi desta forma que o empresariado paulista reagiu ao plano do Ministro da Fazenda exposto ao PMDB, na quinta-feira passada e, ontem à noite, a 60 industriais reunidos na residência do Presidente da Gradiente, Eugênio Staub.

O Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, declarou seu contentamento com as metas do Governo, referindo-se principalmente à liberação da maioria dos preços. Ressalvou, po-

rém, que nada se acertará na economia enquanto o setor público não contribuir, na sua opinião, "cortando efetivamente seu déficit".

Amato acha que a inflação subirá no começo, devido ao menor controle feito pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). Ele acredita, porém, que logo haverá uma acomodação do mercado, em razão de a demanda estar se retraindo. O Presidente da Fiesp disse que o Plano Funaro credencia o Brasil a fechar um bom acordo com os banqueiros e obter o dinheiro novo de que precisa, "principalmente porque deixa claro que não abre mão do crescimento e vai perseguir o superávit comercial".

Já o Presidente da Metal Leve, José Mindlin, acha que a meta de crescer sete por cento ao ano é desejável, mas que o cenário interno ainda não permite prever que seja factível uma expansão desse porte. Segundo Min-

dlin, são necessários investimentos maciços na economia, incluindo recursos externos, "e estes podem vir a partir de um entendimento, que, embora penoso, agora está mais próximo com os credores, já que o Governo começa a mostrar quais são os caminhos que pretende trilhar".

O empresário aconselha, porém, uma solução negativa para a dívida, sem confrontação e imposição de nenhuma das partes, entendendo que o Brasil — "apesar das metas óbvias, porque todos desejamos o que o Governo quer", tem um plano de desenvolvimento a ser colocado na mesa de negociação com os banqueiros internacionais.

Tanto Mindlin quanto Amato defendem a continuidade do gatilho salarial, dentro do processo de preços liberados, até que o mercado se estabilize "e o gatilho se torne desnecessário por si só".